



TERMO DE REFERÊNCIA

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, LEI 14.133/2021.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada em engenharia para a execução de ações de saneamento básico, compreendendo, sob o modelo de **Lote Único**, a implantação de sistema de esgotamento sanitário, drenagem pluvial e pavimentação asfáltica no Distrito de São Sebastião, no Município de Delmiro Gouveia/AL.

1.2. Inclui-se ainda no projeto, uma extensão que tem como beneficiado o Povoado São José, estando a referida localidade devidamente discriminada como **meta física no Quadro de Composição de Investimento (QCI), planilhas e projetos anexos**, aprovado pela Mandatária (CAIXA) no âmbito do Contrato de Repasse nº 951393/2023 e LAE Laude de Análise de Engenharia.

1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2. ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DE CONSUMO

2.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 13.905.130,64 (treze milhões novecentos e cinco mil, cento e trinta reais e sessenta e quatro centavos) conforme custos unitários descritos na tabela abaixo.

| Lote | Especificação / Objeto Integrado | Valor (R\$) | Estimado |
|------------|--|-------------------|----------|
| Lote Único | Implantação de Sistema de Sgotamento Sanitário (redes coletores, ligações domiciliares, poços de visita, estações elevatórias e sistema de tratamento), Sistema de Drenagem Pluvial e execução de Pavimentação Asfáltica em CBUQ no Distrito de São Sebastião e no Povoado São José, no Município de Delmiro Gouveia/AL. | R\$ 13.905.130,64 | |



| Lote | Especificação / Objeto Integrado | Valor Estimado (R\$) |
|--------------|--|--------------------------|
| TOTAL | Valor Global de Referência da Contratação | R\$ 13.905.130,64 |

3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A implantação de sistema de esgotamento sanitário, drenagem pluvial e pavimentação no Distrito de São Sebastião, no município de Delmiro Gouveia/AL, constitui uma necessidade essencial e urgente, especialmente por se tratar de comunidade ribeirinha, onde as condições sanitárias, ambientais e de infraestrutura urbana são historicamente deficitárias.

Atualmente, observa-se que a maioria das residências utiliza soluções precárias para disposição de efluentes domésticos, como fossas rudimentares ou estruturas improvisadas, em desacordo com as normas técnicas vigentes. Em muitos casos, tais dispositivos não passam de escavações no solo destinadas ao acúmulo de dejetos, sem qualquer tipo de tratamento adequado, o que ocasiona riscos significativos de contaminação do solo, do lençol freático e dos corpos hídricos adjacentes.

Além disso, a inexistência de sistema de drenagem pluvial contribui para o acúmulo de águas superficiais, favorecendo alagamentos, processos erosivos e a proliferação de vetores de doenças. A precariedade das vias públicas intensifica esses problemas, dificultando a mobilidade urbana e o acesso a serviços essenciais, especialmente em períodos chuvosos.

Esse cenário impacta diretamente a saúde pública, elevando os índices de doenças de veiculação hídrica e agravando as condições de vida da população local. Nesse contexto, a presente demanda encontra respaldo na Lei Federal nº 11.445/2007, atualizada pela Lei nº 14.026/2020, que estabelece a universalização do acesso ao saneamento básico como diretriz fundamental para a promoção da saúde e da qualidade de vida.

No que se refere à pavimentação, destaca-se que as intervenções previstas ocorrerão de forma complementar às obras de implantação das redes de esgotamento



sanitário e drenagem pluvial, contemplando tanto a recomposição de trechos impactados pelas intervenções quanto a execução de pavimentação em vias ainda não atendidas, de modo a garantir condições adequadas de mobilidade, segurança e trafegabilidade.

A execução integrada dessas obras atende ao compromisso do poder público com a promoção de condições mais dignas, humanas e sustentáveis de vida, especialmente em comunidades em situação de vulnerabilidade. Os benefícios esperados abrangem a melhoria das condições sanitárias e ambientais, a redução de doenças, o controle de alagamentos, a valorização dos espaços urbanos e a elevação da qualidade de vida da população.

Dessa forma, o investimento proposto configura-se como medida estruturante e necessária, capaz de promover impactos positivos duradouros no desenvolvimento local, na saúde pública e na preservação ambiental. Portanto, resta plenamente caracterizada a necessidade da contratação, uma vez que a execução dessas obras representa ação estratégica do poder público, alinhada às diretrizes legais e às políticas públicas voltadas ao saneamento básico e ao bem-estar da população do Distrito de São Sebastião

"Ressalta-se que a extensão dos serviços ao Povoado São José foi viabilizada pela otimização dos recursos pactuados, permitindo o atendimento de uma área adjacente e vinculada ao núcleo principal do projeto, conforme devidamente validado pelo ente repassador em sede de análise técnica do Plano de Trabalho."

4. DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ORGANIZAÇÃO

4.1. A presente aquisição está prevista no Plano de Contratações Anual referente ao exercício de 2026.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A descrição da solução como um todo, considerado o ciclo de vida do objeto e a especificação do serviço, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos **Estudos Técnicos Preliminares (ETP)**, apêndice deste Termo de Referência. A solução



consiste na execução integrada de sistema de esgotamento sanitário (rede coletora, ligações domiciliares e tratamento), drenagem pluvial e pavimentação asfáltica, dimensionada para atender às metas físicas estabelecidas no **Quadro de Composição de Investimento (QCI)** para o Distrito de São Sebastião e o Povoado São José.

5.2. A especificação dos serviços segue as diretrizes do **Projeto Básico**, das normas técnicas da **ABNT** e das condicionantes da **Licença Prévia (LP)** e **Licença de Instalação (LI)**, garantindo que a infraestrutura implantada em Área de Preservação Permanente (APP) possua durabilidade e minimize custos de manutenção futura, assegurando a eficiência do investimento público ao longo de sua vida útil.

5.3. A solução adotada é a que melhor atende ao binômio "técnica e economia", uma vez que a execução conjunta das frentes de trabalho evita intervenções sobrepostas e retrabalhos na recomposição do pavimento, otimizando o cronograma físico-financeiro do **Contrato de Repasse nº 951393/2023**.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Os requisitos da contratação, incluindo os critérios de sustentabilidade e conformidade ambiental, encontram-se pormenorizados em tópico específico dos **Estudos Técnicos Preliminares (ETP)**, apêndice deste Termo de Referência.

6.2. A Contratada deverá observar rigorosamente as condicionantes da **Licença Prévia (LP)** e da **Licença de Instalação (LI)** já emitidas. É requisito obrigatório para o início das obras a apresentação e aprovação, junto à fiscalização, do **Plano de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil (PGRCC)**, sendo este de inteira responsabilidade da empresa vencedora.

6.3. Como a intervenção ocorre em Área de Preservação Permanente (APP) ribeirinha ao Rio São Francisco, constituem requisitos essenciais da contratação:

- A adoção de medidas de controle de erosão e contenção de sedimentos;
- A manutenção rigorosa de máquinas e equipamentos para evitar vazamentos de poluentes;
- O cumprimento das metas físicas descritas no QCI vinculadas ao Contrato de Repasse nº 951393/2023.



6.4. A comprovação de sustentabilidade ambiental será condição para a medição e o pagamento das etapas executadas, conforme as diretrizes estabelecidas pela Mandatária (CAIXA) e pela legislação ambiental vigente.

6.5. **Dos Requisitos Gerais de Engenharia e Normas Técnicas (ABNT):** A execução das obras e serviços correlatos deverá seguir rigorosamente os projetos básicos e executivos fornecidos, as especificações contidas nas planilhas de custos (matrizes do SINAPI) e as normas técnicas editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), com especial ênfase nas regras de acessibilidade universal (ABNT NBR 9050) e pavimentação urbana.

6.6. **Dos Requisitos de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional:** A Contratada obriga-se a manter no canteiro de obras as condições de higiene e segurança preconizadas pelas Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego, em especial a **NR-18** (Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção), fornecendo Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Coletiva (EPCs) adequados a toda a equipe técnica e operacional.

6.7. **Dos Requisitos Trabalhistas, Previdenciários e Fiscais:** É de exclusiva responsabilidade da Contratada o adimplemento de todas as obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas decorrentes da execução contratual, nos termos do art. 121 da Lei Federal nº 14.133/2021. A empresa deverá manter-se em regularidade fiscal perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal durante todo o período de vigência do contrato, sob pena de suspensão de pagamentos.

6.8. **Do Critério de Prioridade e Regionalidade:** Como dimensão estratégica da execução e fomento econômico local, constitui requisito da contratação o tratamento favorecido e a aplicação das margens de preferência a Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) sediadas no âmbito do Estado de Alagoas, em estrita conformidade com o art. 48, III, da Lei Complementar nº 123/2006 e com as diretrizes do **Decreto Municipal nº 062/2026**, visando assegurar capacidade logístico-operacional ágil, assistência técnica imediata e mobilização eficiente de maquinários no semiárido alagoano.

6.9. A comprovação da regularidade fiscal, o cumprimento das normas de segurança do trabalho e a estrita sustentabilidade ambiental nas frentes de obra serão A comprovação da regularidade fiscal, o cumprimento das normas de segurança do trabalho e a estrita sustentabilidade ambiental nas frentes de obra serão condições compulsórias para a



realização de cada medição e o consequente processamento de pagamento das etapas executadas, conforme as normas de liquidação de despesa, as diretrizes da Mandatária (Caixa Econômica Federal) e a legislação vigente. condições compulsórias para a realização de cada medição e o consequente processamento de pagamento das etapas executadas, conforme as normas de liquidação de despesa, as diretrizes da Mandatária (Caixa Econômica Federal) e a legislação vigente.

7. DA VISTORIA

7.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00hr horas às 14:00hr, com confirmação do agendamento pelo email: seplanpmdg@gmail.com.

7.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

7.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.4. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

8. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

8.1. Será exigida garantia da proposta de 1% de acordo com o Art 58, nas formas que trata o art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis no caso de fracasso de licitação, e 5(cinco) dias nas demais situações.

8.3. Será exigida garantia de execução de 5% de acordo com o Art. 98, nas



formas que trata os art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 e condições descritas nas cláusulas do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua.

8.4. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

8.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

9.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste no **núcleo técnico de engenharia sanitária e infraestrutura viária (execução de rede coletora, drenagem e pavimentação) no Distrito de São Sebastião e no Povoado São José, conforme as metas físicas aprovadas no QCI.**

9.1.2. A subcontratação fica limitada a **15% (quinze por cento)** do valor total contratado, incidindo sobre serviços acessórios ou de apoio que não configurem a essência técnica do objeto.

9.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

10. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

10.1. Em observância à Lei Complementar nº 123/2006, ao Decreto Municipal nº 062/2026 e à Lei nº 14.133/2021, será assegurado tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e demais beneficiários previstos na legislação aplicável.

10.2. Considerando o disposto no art. 16 do Decreto Municipal nº 062/2026, poderá ser aplicada prioridade de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, desde que suas propostas estejam em até 10% (dez por cento) do melhor preço válido, observada a seguinte ordem de preferência:

I – Empresas sediadas no Município de Delmiro Gouveia;

II –Inexistindo proposta local nas condições estabelecidas, empresas sediadas na



Região do Alto Sertão de Alagoas, compreendida pelos municípios de Delmiro Gouveia, Piranhas, Mata Grande, Olho d'Água do Casado, Pariconha e Piranhas;

III – de forma subsidiária, empresas sediadas no Estado de Alagoas.

10.3. A aplicação do critério de regionalidade fundamenta-se na necessidade de fortalecimento da economia local e regional, incentivo à geração de emprego e renda, promoção do desenvolvimento econômico municipal e ampliação da participação das micro e pequenas empresas nas contratações públicas, nos termos do art. 1º do Decreto Municipal nº 062/2026.

10.4. A adoção da regionalidade observa os princípios da competitividade, economicidade e eficiência administrativa, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, não implicando restrição indevida à ampla concorrência.

10.5. Não serão aplicados os benefícios previstos nos arts. 13, 14, 15 e 16 do Decreto Municipal nº 062/2026 quando verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 17 do referido Decreto, especialmente nos casos de inexistência de fornecedores competitivos locais ou regionais capazes de atender às exigências do certame ou quando a medida não se mostrar vantajosa para a Administração Pública.

11. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

11.1. O prazo de vigência da contratação é de 360 (trezentos e sessenta) dias, contados da entrega da ordem de serviço, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de execução: 360 (trezentos e sessenta dias) conforme cronograma.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

12.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**, considerando o valor global da proposta resultante da planilha de preços unitários apresentada.

Forma de execução

12.2. O objeto será executado sob o regime de EMPREITADA POR PREÇO



UNITÁRIO, devendo a execução observar rigorosamente as metas físicas e cronograma previstos no Quadro de Composição de Investimento (QCI) do Contrato de Repasse nº 951393/2023." EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

12.3. A composição dos custos e a formação do preço da proposta deverão observar a planilha orçamentária de referência aprovada pelo agente financiador, elaborada com base nos sistemas oficiais de custos vigentes, a qual servirá de parâmetro para análise das propostas, medição dos serviços efetivamente executados, acompanhamento contratual e eventual reequilíbrio econômico-financeiro.

12.4. As medições ocorrerão conforme os quantitativos efetivamente executados e devidamente atestados pela fiscalização, observados os preços unitários contratados.

13. PROPOSTA DE PREÇOS

13.1. Os preços propostos deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer fretes, impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscal e previdenciário a que estiver sujeito, e demais custos que incidam, direta ou indiretamente, na execução do objeto a ser contratado;

13.2. A proposta de preço deverá conter a discriminação detalhada dos serviços ofertados, quantidade solicitada, o valor unitário (numérico), valor total (numérico e por extenso), prazo de validade da proposta de no mínimo 90 (noventa) dias e prazo de execução dos serviços.

13.3. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, acompanhada dos seguintes documentos:

13.3.1. Planilha de Custos e Formação de Preços:

13.3.1.1. Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços;

13.3.1.2. Nos preços cotados deverão estar incluídos custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto e todos os insumos que os



compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;

13.3.1.3. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;

13.3.1.4. Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão "verba" ou de unidades genéricas.

13.3.2. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual.

14. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

14.1. A **HABILITAÇÃO JURÍDICA** será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:

14.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

14.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

14.1.3. No caso de sociedade empresária, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;

14.1.4. No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

14.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

14.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE
DELMIRO GOUVEIA SECRETARIA
MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA,



fls. 30

14.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

14.1.8. No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

14.1.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.2. A **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

14.2.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, independente se a fase de habilitação irá ou não anteceder as fases de apresentação de propostas e lances.

14.2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando possuir situação cadastral ativa para com a Fazenda Federal, ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

14.2.3. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, comprovando possuir Inscrição Habilitada no cadastro de contribuintes estadual, ou Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal quando se tratar de prestador de serviço.

14.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

14.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;



14.2.5.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

14.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal;

14.2.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

14.2.7. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

14.2.8. Prova de regularidade com a justiça trabalhista, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida por órgão competente da Justiça do Trabalho (conforme Art. 3º da Lei Nº 12.440/2011);

14.2.9. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

14.2.10. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal, social e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização.

14.3. **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, que será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:

14.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial em caso de pessoas físicas, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública ou que esteja dentro



do prazo de validade constante da própria certidão;

14.3.1.1. Caso admitida participação de Pessoas Físicas ou Sociedade Simples, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Insolvência Civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, desde que admitida a sua participação na licitação.

14.3.2. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

14.3.2.1. Os documentos referidos no item acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

14.3.2.2. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso, devidamente registrado na forma da lei.

14.3.2.3. As sociedades empresárias enquadradas nas regras da Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital – ECD, para fins fiscais e previdenciários poderão apresentar o balanço patrimonial e os termos de abertura e encerramento do livro diário, em versão digital, obedecidas as normas do parágrafo único do art. 2º da citada instrução quanto a assinatura digital nos referidos documentos, quanto a Certificação de Segurança emitida por entidade credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas – Brasileiras – ICP – Brasil.

14.3.3. Declaração, assinada por Profissional área Contábil devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos nos termos do §1º, art. 69 da Lei 14.133/2021, aplicando fórmulas da seguinte forma:

Índice de Liquidez Geral ($\geq 1,00$):

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$



Índice de Liquidez Corrente ($\geq 1,00$):

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Solvência Geral ($\geq 1,00$):

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

14.3.4. Da análise dos documentos apresentados serão calculados os índices Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (LG), que deverão apresentar resultado igual ou superior a 1 (um).

14.3.5. As empresas que apresentarem resultado do quociente de capacidade econômico- financeira menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, patrimônio líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor total dos seus itens ofertados, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.

14.3.6. O Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123 de 2006 estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício;

14.4. A **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, que será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

14.4.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

14.4.1.1 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das



condições peculiares da contratação.

14.4.2. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo);

14.4.3. Comprovação de aptidão técnica-operacional para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

14.4.4. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

14.4.4.1. Execução de rede de esgoto sanitário, incluindo assentamento de tubulações.

14.4.4.2. Fornecimento, instalação e montagem de estação de tratamento de esgoto.

14.4.4.3. Pavimentação Asfáltica.

14.4.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

14.4.6. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da execução do serviço, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, conforme segue:

14.4.6.1. Para o Engenheiro Civil: serviço de pavimentação asfáltica;

14.4.7. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

14.4.8. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados ou certidões, apresentando, quando solicitado



pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

14.4.9. Somente poderão ser aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser prestado em prazo inferior.

14.4.10. Os atestados ou certidões que não possuem as informações mínimas para a sua análise serão objeto de diligência.

14.5. Declaração, sob as penas da lei, de que a Licitante possui usina de asfalto, a qual cumpre todas as exigências legais pertinentes e de que se compromete a disponibilizar os volumes necessários, em toda a vigência do Contrato, adequados às exigências qualitativas, tais como manutenção de características de trabalhabilidade, aplicabilidade, temperatura, condições de compactação, de forma que a área técnica da Prefeitura e empresa fiscalizadora possam confirmar a qualidade da massa asfáltica, durante a prestação dos serviços, no período de vigência, que esteja instalada num raio de até 100 km de distância do local da obra e com licença de operação fornecida pelo IMA/AL – CEPRAN-AL

14.6. Caso a licitante não disponha de usina de asfalto própria, deverá apresentar documento formal subscrito pelos proprietários das usinas, e atestado pela Licitante, de declaração, sob as penas da lei, de disponibilidade de fornecimento pelas usinas indicadas da massa asfáltica, na quantidade e qualidade necessárias ao completo atendimento do Contrato, observando-se ainda que, a usina fornecedora da massa asfáltica indicada pela Licitante deverá atender a todas as exigências legais para o seu regular funcionamento, inclusive no tocante a sua instalada num raio de até 100 km de distância do local da obras e sua licença de operação fornecida pelo IMA/AL – CEPRAN-AL.

As exigências constantes dos Itens 14.5 e 14.6 acima, se fundamentam na necessidade de se mitigar riscos de eventual impossibilidade de utilização e atendimento da usina à demanda de pavimentação – objeto do presente certame. Isso porque para garantir o emprego da massa asfáltica com a qualidade e temperatura recomendadas é necessário que o contratado tenha



à sua disposição uma usina em regular funcionamento. Importante salientar que o concreto betuminoso usinado a quente é considerado o item de maior relevância e valor significativo para o desenvolvimento da obra, sendo imprescindível para a sua boa execução que haja a sua entrega tempestiva e na quantidade solicitada, sob pena de causar prejuízos ao Erário.

14.7. Além das declarações constantes dos itens específicos acima a licitante deverá apresentar ainda as seguintes declarações, sob pena de inabilitação:

14.7.1. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);

14.7.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, na forma da lei (art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021);

14.7.3. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma da lei (art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021);

15. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

15.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

15.1.1. Início da execução do objeto: a partir do recebimento da ordem de serviço, com estimativa de realização da prestação de serviço em 360 dias, e 2 meses para recebimento provisório e definitivo dos serviços, testes e ajustes necessários a critério e necessidade da administração municipal, até o seu arquivamento, quando não houver mais quaisquer impedimentos.

Local e Horário da Prestação dos Serviços

15.2. Os serviços serão prestados nas áreas delimitadas pelo projeto técnico e



pelo QCI, abrangendo logradouros no **Distrito de São Sebastião e no Povoado São José**, no Município de Delmiro Gouveia/AL, seguindo as diretrizes da Secretaria de Infraestrutura e Secretaria de Planejamento.

Materiais a serem disponibilizados

15.3. Para a perfeita execução, a Contratada deverá disponibilizar materiais (tubulações, conexões, insumos asfálticos), equipamentos (retroescavadeiras, rolos compressores) e ferramentas necessários, devendo todos possuir **certificação de qualidade** e atender às normas da ABNT, sob pena de rejeição pela fiscalização.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

15.4. O prazo de garantia técnica da obra e dos serviços de engenharia é de **05 (cinco) anos**, conforme estabelecido no **Art. 618 do Código Civil Brasileiro**, sem prejuízo da responsabilidade por vícios ocultos prevista no Código de Defesa do Consumidor, garantindo a integridade dos sistemas de esgoto e drenagem implantados.

16. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

16.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

16.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

16.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, conforme endereço eletrônico informado pela contratada na sua proposta comercial.

16.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

16.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações



contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

16.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

16.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante todo o período de execução do contrato.

16.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

16.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

16.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração

16.10.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (art. 117, §1º da Lei nº 14.133, de 2021).

16.10.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

16.10.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua



competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

16.10.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

16.10.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

16.11. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

16.11.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

16.12. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

16.13. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

16.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser



conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

16.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

16.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Delmiro Gouveia deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- **Fonte de Recurso Federal:**

- **Programa:** 2319 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.
- **Ação:** 00T1 – Implantação e Qualificação Viária (RP2).
- **Instrumento:** Contrato de Repasse nº 951393/2023 (Operação 1087549-48/2023).
- **Valor do Repasse:** R\$ 12.700.000,00 (doze milhões e setecentos reais)

- **Fonte de Recurso de Contrapartida:**

- **Valor da Contrapartida:** R\$ 1.205.130,64 (Hum milhão duzentos e cinco mil, cento e trinta reais e sessenta e quatro centavos).
- **Origem:** Recursos Próprios / Tesouro Municipal

Valor Total R\$ 13.905.130,64

17.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1. O objeto será recebido **provisoriamente** em até 15 (quinze) dias da



comunicação escrita do contratado, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações do **Projeto Básico e metas do QCI**.

18.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, no ETP ou no Projeto Básico, devendo as falhas ser sanadas no prazo de 10 (dez) dias úteis, às custas da contratada, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

18.3. O **recebimento definitivo** ocorrerá após a verificação da qualidade, quantidade e **funcionalidade** dos serviços (testes de estanqueidade e vazão), mediante termo circunstanciado, em até 90 (noventa) dias após o recebimento provisório, observando-se:

- A comprovação do cumprimento das condicionantes ambientais (**PGRCC** e proteção da APP);
- A entrega do "As Built" (projeto como construído) e das licenças de operação, se couber.

18.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, será observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, efetuando-se a liquidação apenas da parcela incontroversa.

18.5. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser prorrogado justificadamente para a realização de diligências ou perícias técnicas que assegurem que a rede implantada no Distrito de São Sebastião e Povoado São José atende aos padrões da ABNT e da Mandatária (CAIXA

18.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez e segurança da obra por 05 (cinco) anos (Art. 618 do Código Civil), nem a responsabilidade ética e profissional pela perfeita execução do contrato.

18.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

19. DOS CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO

19.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o



prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma da seção anterior, prorrogáveis por igual período.

19.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 19.2.1. o prazo de validade;
- 19.2.2. a data da emissão;
- 19.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 19.2.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 19.2.5. o valor a pagar; e
- 19.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

19.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

19.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação das certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município (dívida ativa e tributos), nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

19.5. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

19.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.



19.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme item anterior.

19.9. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

19.10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

19.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

19.11.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

19.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CONCLUSÃO

Considerando a viabilidade técnica e a relevância social das intervenções, conclui-se que o presente Termo de Referência descreve com clareza o objeto e os requisitos necessários para a plena execução das metas físicas aprovadas no **Quadro de Composição de Investimento (QCI)**. A solução adotada, integrada ao **Estudo Técnico Preliminar**, garante a eficiência do gasto público, o cumprimento das condicionantes ambientais em área de APP e o atendimento integral às diretrizes estabelecidas no **Contrato de Repasse nº 951393/2023**, promovendo o desenvolvimento sustentável e o saneamento básico no Distrito de São Sebastião e Povoado São José.

Delmiro Gouveia - AL, 27 de abril de 2026



Código de verificação: **4QCX-J8SN-1341-A2KY**

Documento capturado em 03/06/2026 20:04:41 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)

Hash (SHA256): b4a736f6a088a3121ef852790ef80170ecb0a222e8395b6b5112e1a867e00e04

Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

<https://supre.delmirogouveia.al.gov.br/autenticidade/4QCX-J8SN-1341-A2KY>.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ ROMÁRIO SOARES GOMES** (***.584.404-**), **Secretário(a) de Planejamento, Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio**, em 03/06/2026 20:03:44 (GMT-03:00), conforme fundamento no art. 4º, I, da Lei nº 1.379/2022 de 19 de dezembro de 2022. IP:.168.181.112.195



Documento assinado eletronicamente por **ROBERIA GUEDES OLIVEIRA** (***.900.374-**), **Secretário(a) Adjunto(a) de Planejamento, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio**, em 03/06/2026 20:04:20 (GMT-03:00), conforme fundamento no art. 4º, I, da Lei nº 1.379/2022 de 19 de dezembro de 2022. IP:.168.181.112.195



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ CARLOS RAMOS TORRES** (***.324.874-**), **Engenheiro Civil**, em 03/06/2026 20:04:41 (GMT-03:00), conforme fundamento no art. 4º, I, da Lei nº 1.379/2022 de 19 de dezembro de 2022. IP:.177.37.180.57



Para verificar a validade da(s) assinatura(s), acesse o site <https://supre.delmirogouveia.al.gov.br/autenticidade> informando o identificador: **4QCX-J8SN-1341-A2KY**.

Documento assinado digitalmente pelo Município de Delmiro Gouveia, conforme medida provisória n.º 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço: <https://validar.iti.gov.br>.